

Uma tradução do projeto [Traduções Abolicionistas](#)

Texto original:

GILMORE, R. W. Abolition Geography and the Problem of Innocence. *In*: JOHNSON, G. T.; LUBIN, A. (eds.). **Futures of Black Radicalism**. New York: Verso, 2017, pp. 225-240.

Tradução autorizada por Ruth Wilson Gilmore.

Traduzido por Margarida Nogueira.

Data de publicação: 11 out. 2022.

Geografia da abolição e o problema da inocência

Ruth Wilson Gilmore

Buscávamos uma linguagem para entender
um tempo anterior ao que veio depois.
— China Miéville, Embassytown

Dinheiro

Saque. Pagamento. Salário. Lucro. Interesse. Imposto. Renda.
Acumulação. Extração. Colonialismo. Imperialismo.

A prisão moderna é uma das principais, mas não a única instituição definidora das geografias do cárcere nos Estados Unidos e além, geografias que marcam estratégias de acumulação regional e revoltas, imensidades e fragmentações, que se reconstituem no espaço-tempo (mesmo que geometricamente as coordenadas permanecem inalteradas) para executar novos ciclos de acumulação.

A prisão surgiu em conjunto a transição histórico-global do papel do dinheiro no cotidiano. Em retrospecto, a transformação aparece apenas como um clique. De ter sido, como para a maioria das

peças continua a ser, um *meio* de mover a energia armazenada entre vendedores e compradores de objetos, o dinheiro tornou-se o *fim* desejável, não para as carícias eróticas dos colecionadores e dos avarentos, mas para se tocar de forma diferente e por pouco tempo – para animar, através da pressão em movimentos imperativos irregulares, mas perpétuos, os ciclos de transformação para ganhar mais dinheiro. Capitalismo: sempre racial, incluindo na Inglaterra rural, ou em qualquer lugar da Europa, onde, como Cedric Robinson nos ensina, hierarquias entre pessoas cujos descendentes poderiam ter se tornado brancos dependiam, para sua estrutura, da vulnerabilidade de grupos específicos à morte prematura, explorada pelas elites, como parte de toda natureza-como-Outro explorável, de modo a justificar a desigualdade tanto no final do dia como na manhã seguinte.

Capitalismo racial: um modo de produção desenvolvido na agricultura, aprimorado pelo cercamento no Velho Mundo, e pela terra e trabalho cativos nas Américas, aperfeiçoado pela escravidão e sua coreografia fabril ditada pelo tempo, seu imperativo coreográfico forjado nas fornalhas dos monarcas imperialistas e suas elites que tinham que pagar impostos – em dinheiro e não em espécie – para que o soberano pudesse armar militares cada vez mais centralizados e regularizados que haviam se tornado menos capazes de sustentar a si próprios apenas realizando, como no passado, pilhagens ao final de cada batalha. Não que tenham deixado de pilhar posteriormente.

Nem o pacote de pagamento veio de uma só vez: nos Estados Unidos, muitos cidadãos-soldados do século XIX foram para a sepultura ainda à espera de serem pagos por terem matado ou concordado em matar Povos Originários ou franceses ou seus representantes. A compensação assumiu forma de algo que poderia ser transformado em outra coisa: títulos de terras saqueadas – uma honra para o vasto patriato *herrenvolke*¹ da terra dos homens brancos, um bem

¹ Nota da Tradutora (NT): *Herrenvolke* é um sistema governativo em que apenas um grupo étnico específico controla e participa das instituições do governo, e os restantes grupos são privados de direitos. Aproxima-se do conceito de etnocracia. No texto, a

Geografia da abolição e o problema da inocência

que não pode ser movido, embora uma escritura possa ser embolsada ou vendida ou dada como garantia ou apreendida por um penhor, por outras palavras, transformada em dinheiro; e se não um título, uma pensão, um direito pago regularmente como dinheiro para facilitar os anos dourados.

As prisões modernas nasceram e cresceram com os Estados Unidos da América. As penitenciárias estabeleceram a gestão estatal nas margens da recente república, em que cada documento fundador recapitulava a liberdade como oposição ao outro, o importado como oposição ao imigrado, para deixar claro que os ideais de defesa e de bem-estar geral, muito antes da Décima Terceira Emenda, não tinham uma missão universal, definindo desde as primeiras páginas quem estava dentro e quem estava fora.

Então, tal como agora, esses conceitos concorrentes de liberdade moldaram o movimento planetário de pessoas e relações. À semelhança das vidas, as penas eram curtas, absorvendo uma por uma pessoas que não se alinhavam ao caminho atribuído ou presumido, que não desempenhavam o seu papel, que não acertavam suas falas nos ciclos de construção de lugares em grande escala do capitalismo racial – que inclui todo sistema escravista, o imperialismo, o colonialismo de ocupação, a extração de recursos, a coordenação infraestrutural, a industrialização urbana, o desenvolvimento regional, e a financeirização de tudo.

A força animadora extensiva e intensiva do capitalismo racial, a sua consciência contraditória, os meios para transformar objetos e desejos em dinheiro, são as pessoas no auge da vitalidade, as mais jovens, as pessoas que fazem, movem, crescem e cuidam de coisas e de pessoas.

Então, quem estava ou está fora do lugar? Pessoas não-livres que vendiam coisas que fizeram ou plantaram às margens, escondendo o dinheiro num pote de emancipação. Pessoas que não podiam dizer

autora utiliza o termo para descrever o domínio da população branca sobre os povos originários dos Estados Unidos e sobre a população negra escravizada.

onde trabalhavam, ou comprovar que eram livres, ou mostrar um bilhete ou um passe, um documento para salvar a própria pele, ou se salvarem da narrativa de que a sua pele, alongando-se de forma particular através dos músculos e ossos, parecia ou parece sugerir algo sobre onde não deveriam estar/ser – capturadas.

O imperativo do capitalismo racial exige todo tipo de esquemas, incluindo o trabalho árduo das elites e seus representantes na sobreposição e interligação das economias espaciais da superfície do planeta. Eles constroem, destroem e reconfiguram Estados, deslocando capacidades para dentro e para fora do domínio público. E pensam muito bem no dinheiro em movimento. No mundo contemporâneo, em que os ciclos produtivos e lucrativos aceleram cada vez mais, com o capitalismo racial cada vez mais impaciente com qualquer fricção no fluxo monetário, alocar recursos nas prisões de onde possam não emergir a tempo e na qualidade exigida não é assim tão atrativo, apesar de as celas estarem cheias de milhões de pessoas no auge da sua vitalidade.

Costumávamos pensar que nos Estados Unidos a não-liberdade em massa contemporânea, racialmente organizada, era uma recapitulação do modo escravocrata de produzir dinheiro. Mas se estas instituições carcerárias massivas, tão pesadas quanto cidades, não são fábricas ou centros de serviços, onde está o lucro, a mais-valia, no final do dia? As prisões de hoje são extrativistas. O que isso significa? Significa que as prisões permitem que o dinheiro se desloque devido à *inatividade* forçada das pessoas nelas presas. Significa que pessoas que são extraídas das comunidades, e pessoas que retornam às comunidades, mas não têm o direito a elas, permitem a circulação do dinheiro em ciclos rápidos. O que é extraído dos extraídos é o recurso do tempo-vida.

Se pensarmos sobre esta dinâmica através de políticas de escala, compreendendo corpos como lugares, a criminalização, então, transforma os indivíduos em pequenos territórios preparados para o desenrolar da atividade extrativista – extraindo continuamente tempo

Geografia da abolição e o problema da inocência

dos territórios-do-eu. Este processo abre um buraco na vida, aprofundando, talvez para nossa surpresa, a aniquilação do espaço pelo tempo. Um auxílio social roubado e corrompido voa através do buraco do tempo para os salários dos funcionários das prisões. Para os vendedores. Para as empresas de serviços públicos. Para os empreiteiros. Para o serviço da dívida. O dinheiro assume várias formas finais: salários, juros, renda, e por vezes lucro. Mas mais do que isso, o processo extrativista traz à mente os mecanismos do imperialismo contemporâneo: extração, na forma-dinheiro, dos produtores diretos cujas comunidades também se encontram desestabilizadas. Mas o dinheiro também nos dá uma ideia da enormidade dos possíveis habitantes e criadores das geografias da abolição – a geografia da abolição, a contradição antagônica das geografias do cárcere, forma um padrão interligado através do terreno do capitalismo racial. Conseguimos vê-lo.

Geografia da abolição

A geografia da abolição parte da simples premissa de que a liberdade é um lugar. A construção de lugares é uma atividade humana normal: tentamos encontrar formas de combinar pessoas, terra e outros recursos com a nossa capacidade social de nos organizarmos numa variedade de formas, tanto para ir como para ficar. Cada um destes fatores – pessoas, terra, recursos, capacidade social – aparece de várias formas, que determinam, mas não definem, o que pode ou poderia ser feito. Trabalhando a partir desta premissa básica, a crítica abolicionista se ocupa com o maior e o menor detalhe destes arranjos de pessoas, de recursos e de terra ao longo do tempo. Demonstrando como relações de não-liberdade se consolidam e expandem, mas não com o propósito de documentar a miséria. Pelo contrário, o objetivo não é apenas identificar as contradições centrais – vícios inerentes – dos regimes de expropriação, mas também, com urgência, de expor como a consciência radical em ação resulta em modos de vida emancipados, por mais

provisórios que sejam, no presente e no passado. A tradição radical a partir da qual a geografia da abolição traça o seu significado e método recua no tempo, não para abolir a história, mas para encontrar alternativas à sensação de desespero de que tanta mudança, no final das contas, parece ter sido apenas a deslocação e redistribuição do sacrifício humano. Se a libertação inacabada é o trabalho da abolição ainda por concretizar, então o que deve ser abolido não é o passado ou o seu fantasma atual, mas os processos de hierarquia, expropriação e exclusão que se congregam enquanto vulnerabilidade de grupos específicos à morte prematura.

Todos ficaram surpreendidos em maio de 2011 quando Supremo Tribunal dos Estados Unidos (SCOTUS), conhecido por favorecer os direitos dos estados, ratificou uma decisão para que o Departamento de Correções e Reabilitação da Califórnia² reduzisse o número de pessoas detidas em prisões e campos para adultos. O Supremo Tribunal confirmou a opinião do tribunal de uma instância inferior de que o *Golden State* [Estado da Califórnia] não se livraria das violações constitucionais tão graves, que podiam ser medidas em mortes prematuras, ou seja, evitáveis, apenas construindo mais prisões. As mortes eram em média, uma por semana, todas as semanas, durante décadas, devido a negligência médica bem documentada.

A decisão, apesar de ser uma vitória, não constituiu um claro desvio dos quase quarenta anos de encurtamento da vida mediante o encarceramento em massa, apesar de os cinco juízes terem reconhecido a catástrofe acumulada de morte prematura que atingia pessoas cuja maior parte dos estadunidenses de todas as raças, gêneros e idades aprenderam a abominar e ignorar. Mesmo assim, no contexto da guerra global contra o terror aliada às guerras domésticas contra pessoas vulneráveis, sabemos que a oposição a escândalos mortais (tortura, ataques com drones, assassinatos policiais, água envenenada) se dissolve facilmente em atividade analítica frenética que produz novas

² O Departamento de Correções da Califórnia (CDC) foi renomeado como Departamento de Correções e Reabilitação da Califórnia (CRCR) em 2004.

Geografia da abolição e o problema da inocência

justificações, anulando proibições pela força combinada da violência aplicada, pela revisão do raciocínio jurídico, e longos relatórios de comissões. Na sequência do escândalo e das exigências por reformas prisionais, os impiedosos princípios e procedimentos da criminalização permanecem intactos, ruidosamente ajustados à margem, mas sempre fortalecidos no centro, onde a maioria das pessoas na prisão define: penas médias, condições médias, celas médias, acusações médias, miséria média. Por outras palavras, contra o escândalo da negligência documentada, a criminalização continua a ser um meio e um processo complicado para alcançar um objetivo simples: prender pessoas em situações em que se espera, e muitas vezes se compele, o adoecimento e a morte.

Os processos que contribuem tanto para o desenvolvimento como para a normalização da criminalização em massa têm sido o foco da pesquisa, ação, defesa, e outras formas de estudo que tentam dar sentido à experiência. Um resumo geral, mas não exaustivo, é assim: nos Estados Unidos, a economia política impulsionada por décadas de crise gerou excedentes que se tornaram fatores básicos da expansão prisional: terra, pessoas, capital monetário e capacidade estatal. Os elementos da “solução prisional” não se combinam automática ou necessariamente nestas geografias do cárcere extensivas. Uma economia política enormemente complicada – pessoas, rendimentos e bens – gerou uma reviravolta relativamente súbita e redirecionou terras, auxílios sociais, usou a dívida pública, e removeu em série milhares e milhares e milhares e milhares e milhares e milhares e milhares de pessoas com modesta escolaridade de famílias e comunidades.

Como podemos ver, algo mudou. Fundamentalmente, em vez de imaginarmos a reiteração persistente de relações estáticas, pode ser mais potente analisar as dinâmicas relacionais que se estendem para além das fronteiras conceituais e espaciais óbvias e depois decidir de que forma particular, antiga ou nova, é feita, tentando transformá-la noutra coisa. Isto – transformá-la numa outra coisa – é do que se trata a negação. Fazê-lo é questionar o padrão presente e futuro de uma

forma – algo que podemos discernir a partir da evidência dos seus padrões constitutivos, sem sermos enganados ou distraídos pelos antepassados sociais que percebemos, razoável ou emocionalmente, nas características da forma. (Voltarei aos antepassados em algumas páginas.) Pensar dessa forma é pensar de forma dedutiva (existem formas) e indutiva (relacionar os padrões revela generalidades que podem ou não ser estruturais). Suponho que me tornei geógrafa por conta desse vai-e-vem que fazemos, tentando observar e explicar as formalidades e improvisações na construção de lugares, que são moldados pelas relações humanos/natureza, sempre elaboradas em dependência – a conjunção ou conexão do poder com a diferença – e às vezes, mas não de forma inevitável, interrompidas por fatalidades evitáveis. Fatalidades deliberadamente propagadas, e formas e padrões que resultam na morte prematura, revelam o sacrifício humano como o princípio organizador, ou mais precisamente como uma forma de organização sem princípios, que nos leva de volta ao capitalismo racial e ao papel da criminalização.

O prolífico trabalho formador dos esforços que promovem consciência e ação antiprisional revela parcialmente, campanha por campanha, partes da estrutura sufocadora do encarceramento em massa. A seleção e disposição de categorias que inspiram a ação coordenada tendem ironicamente a legitimar o sistema como tal, concentrando-se em como ele é especificamente prejudicial para jovens, mulheres, pais, mães, homens, pessoas não-binárias, idosos, ou doentes, ou aquilo que é o resultado da guerra às drogas, das revistas policiais, do racismo, da privatização, e assim por diante. E, no entanto, a extração de tempo de cada corpo-território muda específica e visceralmente vidas em todo lado – parceiros, crianças, comunidades, movimentos, a possibilidade de liberdade. Ao mesmo tempo, o particular também implica geografias históricas inteiras em constante agitação. Pense-se, por exemplo: Gentrificação. Fabrico de automóveis ou de aço. Mineração de carvão. Mineração de ouro. Recursos de conflito. *Fracking* [Faturamento Hidráulico]. Novas tecnologias de

Geografia da abolição e o problema da inocência

transporte. Robótica. Cadeias de *commodities*. Capital financeiro. O desafio é manter a totalidade das geografias do cárcere – mais do que apenas os seus aspectos prisionais ou repressivos – ligadas, sem as colapsar ou reduzir umas nas outras. Qualquer categoria ou sistema tem múltiplas dimensões, sendo analiticamente necessário expandir a escala de modo a perceber o mundo material enquanto uma variedade de totalidades sobrepostas e interligadas. O imperativo básico requer mais consciência autocrítica do que dados adicionais (já temos demasiados): embora o real seja absolutamente importante, a experiência dessa realidade nunca vai revelar automaticamente como e por que é que a negação (o constante refazer da materialidade e da experiência), por vezes, é bem-sucedida.

Atualmente, a nível mundial, onde a desigualdade é profunda, prevalece o uso da prisão como uma solução universal para problemas sociais – agora, em nenhum lugar tão extensivamente como nos Estados Unidos, liderado pela Califórnia. Ideologicamente, isto é, na consciência e na cultura cotidiana, a expressão e normalização dos processos conjuntos de centralização e descentralização – padronizados como estão pela sensibilidade da crise permanente – moldam as estruturas de sentimento e, em grande medida, determinam socialmente o aparente leque de opções opostas disponíveis. Por outras palavras, a doutrina da descentralização resulta numa constante fragmentação de centros de luta e objetos de antagonismo para pessoas que procuram igual proteção, para não falar de oportunidades. Em crise, em resistência, em oposição: Para quem, a quem, contra quem se carrega a petição ou se levanta o punho?

Descentralização é divisão, por vezes temporária, às vezes mais estável. As suas capacidades normalizadoras são profundas, padronizando a imaginação política e contornando os ataques à forma carcerária. Consequentemente, muitos desses ataques exibem tendências que, sem surpresa, aderem rigorosamente a categorias específicas: policiamento, imigração, terrorismo, ativismo orçamental, liminares, sexualidade, gênero, idade, morte prematura, paternidade,

privatização, pessoas anteriormente e atualmente encarceradas, sindicatos do setor público, trabalho desvalorizado, e a inocência (relativa). O racismo tanto liga como diferencia como estas categorias coexistem em políticas radicais e reformistas – ou seja, como as pessoas (e aqui cito a primorosa frase de Peter Linebaugh) “trespassam o futuro por esperança”. Na medida em que as políticas são um roteiro para o futuro, elas devem ser precisas, uma qualidade frequentemente confundida com estreiteza excessiva – estreiteza sendo algo que o padrão inerente da descentralização encoraja. Como ensina A. Sivanandan, enquanto a economia determina, as políticas raciais definem técnicas e compreensões, ainda que as categorias e hierarquias raciais – em qualquer momento sólidas – não sejam definidas em concreto. Se, como Stuart Hall colocou no final da década de 1970, a raça é a modalidade através da qual se vive a classe, então encarceramento é luta de classes.

E, no entanto, a amplitude traz também desafios analíticos e organizacionais. Não é novidade que encontramos as respostas às perguntas que colocamos. Qual poderá então ser o termo ou termos gerais mais adequados que se reúnam de forma útil para um escrutínio e uma ação tão díspar, mas ao mesmo tempo tão interligada, de categorias, relações e processos como os conjugados com a criminalização e o encarceramento em massa?

Há 17 anos, surgiu a organização abolicionista *Critical Resistance*, tomando como sobrenome *Beyond the Prison-Industrial Complex* [Para além do Complexo Industrial-Prisonal]. O propósito heurístico do termo “complexo industrial-prisonal” era provocar uma série tão ampla quanto possível de compreensões sobre as relações sócioespaciais através das quais o encarceramento em massa é construído, usando o complexo industrial-militar como modelo flexível – toda sua geografia histórica, economia política, demografia, intelectuais e tecnocratas, teóricos, especialistas, impulsionadores, e especuladores, todos aqueles que participaram em, beneficiaram de,

Geografia da abolição e o problema da inocência

foram remetidos ou desorganizados pela reestruturação do Departamento de Guerra no Pentágono.

Por outras palavras, queríamos que “complexo industrial-prisional” fosse tão conceitualmente amplo quanto nosso objeto de análise e luta. Mas penso que em muitos casos o seu efeito tem sido o de esvaziar – atrofiar, na verdade – em vez de expandir a compreensão imaginativa de um sistema que aparentemente não tem limites. Consequentemente, pesquisadores passam demasiado tempo provando coisas banais ou rebatendo críticas hostis, e ativistas dedicam demasiados recursos a combater escândalos em vez de fontes. E, mesmo assim, existe um complexo industrial-prisional. Assim, ocorreu-me, enquanto projeto de correção, chamar provisoriamente o complexo industrial-prisional por outro nome – um que dei num curso que desenvolvi em 1999 e ministrei durante meia década em Berkley –, o de “geografias do cárcere”, um termo um pouco mais genérico. O objetivo aqui é renovar e tornar crítico o que se compreende por *abolição*. Assim, a geografia da abolição é a contradição antagônica da geografia do cárcere.

Voltarei a este ponto no final, mas aqui – como vocês que me conhecem esperarão – lembro que, no registo histórico da auto-organização e da atividade de construção do mundo entre pessoas negras do Sul sob a Reconstrução, o grande comunista W. E. B. Du Bois observou os lugares que as pessoas construía – geografias da abolição – sob a égide política participativa do que ele chamou de “democracia da abolição.” (Thulani Davis elaborou mais recentemente e de forma primorosa este trabalho, traçando a sua expansão e contração através do espaço-tempo). As pessoas não faziam o que faziam a partir do nada – embora milhões fossem resultado do grande esforço da luta para se libertarem e para estabelecer uma nova ordem social. Elas traziam coisas com elas – sensibilidades, dependências, talentos, um verdadeiro complemento de consciência e capacidade que Cedric Robinson chamou de “totalidade ontológica” – para transformar onde estavam em lugares que desejavam estar. E, no entanto, deixaram

evidências abundantes demonstrando como a liberdade não é simplesmente a ausência da escravatura como forma jurídica e de propriedade. Em vez disso, desfazer a escravidão – abolição – é literalmente mudar de lugar: destruir a geografia da escravidão misturando o seu trabalho com o mundo externo para mudar o mundo e, assim, a si próprios – por assim dizer, a habitação como natureza – mesmo se, geometricamente falando, não tivessem sequer se movido.

Tal Reconstrução de lugares negou a negação constituída como e pela escravidão, e enquanto ninguém habita plenamente a sua linhagem sócioespacial direta por causa da contrarrevolução da propriedade, a consciência permanece na cultura política, expressiva e organizacional se olharmos e ouvirmos. (Inclusive, 2015 é o centésimo aniversário de *The Birth of a Nation* [O Nascimento de uma Nação] – uma história que tornou os *wages of whiteness* [os salários da branquitude]³ não só desejáveis, mas em muitos sentidos obrigatórios.) O que particularmente nos preocupa aqui é um ponto geral: para aumentar a capacidade de extrair valor do trabalho e da terra, as elites fabricam instituições políticas, econômicas e culturais utilizando ideologias e métodos adquiridos localmente, nacionalmente e internacionalmente. Elas constroem Estados. Refina-os. Engrandece-os e os descentraliza. Promovem e esvaziam explicações e justificações para o porquê de as coisas deveriam ser diferentes ou como são. Mas mesmo no auge do abandono periódico, as elites dependem de estruturas de ordem e de

³ NT: Partindo de Du Bois, a expressão *wages of whiteness*, ou salários da branquitude, indica o “salário público e psicológico” do qual trabalhadores brancos se beneficiam em virtude da supremacia branca e do processo histórico de escravidão e expropriação do povo Negro e dos povos originários. Em *Black Reconstruction* [Reconstrução Negra, 1935] Du Bois explica que: “Deve-se lembrar que o conjunto dos trabalhadores brancos, embora recebesse um salário baixo, **era compensado em parte por uma espécie de salário público e psicológico**. Eles receberam deferência pública e títulos de cortesia porque eram brancos. Eles foram admitidos livremente em todas as classes de pessoas brancas para funções públicas, parques públicos e as melhores escolas. A polícia foi construída a partir de suas fileiras e os tribunais, dependendo de seus votos, os trataram com tanta clemência que encorajaram a ilegalidade.” (*ibidem*: 700-701; tradução livre; grifo nosso)

Geografia da abolição e o problema da inocência

significado que a anarquia do capitalismo racial nunca poderá garantir. Ademais, como a experiência real do negro durante a Guerra Civil e a Reconstrução demonstram, as não-elites nunca são peões passivos. Pessoas comuns, em sua diversidade, descobrem como ampliar ou diminuir formas sócioespaciais para abrir espaço para as suas vidas. Sinais e vestígios das geografias da abolição afluem, mesmo em sua fragilidade.

Gaza e Cisjordânia: Durante a Primeira Intifada (1987-93), comitês populares em todos os territórios organizaram um surpreendente conjunto de instituições que constituíram o esboço de uma infraestrutura pós-colonial para a Palestina. Os projetos incluíam clínicas de saúde, escolas, lojas, capacidades produtivas e processamento de alimentos e fábricas de vestuário. As pessoas que organizaram e trabalharam nestes lugares discutiam o trabalho como parcial embora necessário para a libertação, exigindo um trabalho persistente de consciência através de educação imaginativa, da formação e de outros programas. Algumas das mulheres que trabalhavam no processamento de alimentos, por exemplo, discutiam como a revolução em progresso não podia ser sustentada a não ser que o patriarcado e o paternalismo se tornassem inaceitáveis e impensáveis tal como a ocupação. O trabalho de educação popular dependia da ampliação da consciência, do particular (uma inoculação, uma vala de irrigação, uma máquina elétrica) até aos requisitos gerais para que as geografias da abolição desse espaço-tempo viessem a ser continuamente sustentadas através de uma ação consciente.

Violência Doméstica: O feminismo carcerário falhou em eliminar a violência contra mulheres e a violência doméstica no geral, apesar de, às vezes, a intervenção policial criar tempo e espaço para que as pessoas encontrem alternativas. Assim, a *INCITE! Women of Color Against*

Violence [INCITE! Mulheres de Minorias Étnico-raciais Contra a Violência] e tantas outras pessoas organizadas de variadas formas ao redor do mundo tentaram descobrir como fazer esse espaço-tempo no contexto da construção doméstica ou comunitária em vez da criminalização. A ideia aqui, em vez de punir melhor ou mais rápido a violência, é eliminar a violência através da transformação das relações sociais em que ela ocorre. Como resultado, e como demonstra o *Story Telling & Organizing Project* [Projeto de Organização e de Narração de Histórias], pessoas ao redor do mundo conceberam várias abordagens para acabar com o problema central – a violência – sem usar violência para alcançar uma mudança bem-sucedida, envolvendo amigos, vizinhos, as comunidades no geral, e diferentes estratégias.

Educação Decolonial: A tese de doutorado de 2016 de Sónia Vaz Borges sobre as escolas de libertação estabelecidas pelas forças anticoloniais durante os treze anos da Guerra de Libertação na Guiné-Bissau demonstra a intrincada inter-relação da construção e transformação de espaços. Educado para ser um membro da classe gestora profissional ultramarina do Estado português, o papel de Amílcar Cabral no desenvolvimento da consciência revolucionária foi, em parte, inspirado pelo seu treinamento como agrônomo. Tendo percorrido o território de Guiné-Bissau e Cabo Verde para avaliar os problemas e soluções para a produtividade do solo, conheceu também as pessoas que viviam e trabalhavam nessa terra. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) criou um currículo de literacia e de alfabetização prática e política, escreveu manuais e formou soldados para se tornarem professores. As escolas, construídas e equipadas assim que possível após a expulsão do exército colonial em cada região do país, articulou futuros possíveis para localidades e para o exterior, com ênfase particular na ligação Pan Africana e Terceiro Mundista.

Geografia da abolição e o problema da inocência

Injunções Anti-Gangues de Oakland: A amplitude do controle concreto exercido pelo sistema de justiça criminal não se detém nos limites do sistema. Pelo contrário, os administradores locais podem recorrer à lei civil para ampliar o regime de instituição total das prisões aos ambientes domésticos e comunidades, enquanto empregadores podem discriminar arbitrariamente 65 milhões ou mais de pessoas nos Estados Unidos que têm documentação e não trabalham devido a detenções ou registos criminais desqualificadores. Em Oakland, uma coligação de pessoas anteriormente encarceradas, várias organizações de justiça social e econômica, famílias, e outros, lançaram uma campanha para obrigar o governo a cancelar uma zona de injunção estabelecida e para não estabelecer mais zonas planejadas. Numa zona, as pessoas nomeadas pela injunção, e os lugares em que vivem e frequentam, não existem barreiras para questionamentos e buscas policiais. Além disso, os membros do agregado familiar tornam-se policiais involuntários, esperando-se que façam cumprir os termos da injunção ou que se metam eles próprios em apuros. Transformar a zona numa geografia da abolição requer transformar consciências, uma vez que indivíduos ridicularizados e injuriados oficial e localmente tiveram de desenvolver o seu poder persuasivo tanto na Câmara Municipal como nas ruas e nos terrenos vazios onde construíram comunidade e confiança através de extraordinário empenho nas coisas ordinárias: criando um jardim e um mural. Sendo os primeiros a responder em tempos de dificuldades. Liderando através do exemplo. Curiosamente, pessoas sem medo de morrer tiveram de demonstrar novo destemor em contextos totalmente novos.

O problema da inocência

Anteriormente, aponte que muitos defensores de pessoas encarceradas e as comunidades de que fazem parte tomaram um caminho perigoso ao argumentar porque certos tipos de pessoas ou lugares sofrem de maneiras específicas quando se trata da

criminalização. Assim, o argumento diz que prisões são feitas para homens e, portanto, ruins para mulheres. Prisões são feitas para jovens adultos e, portanto, ruins para os idosos e para os doentes. Prisões são feitas para adultos e, portanto, ruins para jovens. As prisões separam as pessoas das suas famílias e, portanto, são ruins para mães que têm a responsabilidade primária pela coesão familiar e pelo trabalho reprodutivo. As prisões são baseadas no sistema binário e são, portanto, ruins para pessoas trans e pessoas não-binárias. As prisões são jaulas e pessoas que não machucaram ninguém não deviam estar em jaulas. Isto não esgota a ladainha de quem não deveria estar na prisão, mas produz dois efeitos. Primeiro, estabelece como fato que algumas pessoas deveriam estar em jaulas, e somente contra essa conveniência ou inevitabilidade poderá ocorrer alguma mudança. A estrutura de sentimento que molda as narrativas de defesa da inocência não é difícil de se compreender: afinal de contas, se criminalização é sobre encontrar o culpado, dentro dessa lógica dominante é razoável imaginar que o caminho para a desconstruir seja encontrar aqueles condenados injustamente.

A insistência em encontrar inocentes entre os condenados ou mortos tanto projeta como deriva sua energia de todas aquelas categorias “não deveriam estar em jaulas” que listei anteriormente. Mas ela também invoca, com uma estonteante imprecisão histórica, um desfile de outros inocentes para enfatizar a injustiça de algum aspecto do encarceramento em massa. Em particular, é como se o encarceramento em massa fosse o meio pelo qual se presume termos herdado um dever associado a tarefas não compensadas pelo que os nossos antepassados foram violentamente compelidos a fazer. É uma conclusão razoável tendo em conta os fatos históricos do arrendamento de condenados e das *chain gangs* [grupos de presos acorrentados] que outrora se generalizou. No entanto, dado que metade das pessoas presas não são, obviamente, descendentes do sistema de escravidão racial, o problema exige uma explicação diferente e, portanto, políticas diferentes. Isto não significa que a linhagem da abolição que se estende

Geografia da abolição e o problema da inocência

através do sistema de escravidão não seja robusta o suficiente para formar pelo menos parte da plataforma para acabar com o encarceramento em massa no geral. No entanto, tal como está, para alcançar importância, a extensão acrítica de um passado parcial para explicar um presente diferente exige uma afirmação política sentimental que depende da figura de uma vítima trabalhadora cujo arco narrativo – cuja estrutura de sentimento – é fixo e, portanto, suscetível de reabilitação – ou expurgação – em inocência relativa. A viragem para a inocência assusta no seu esforço desesperado de repor o vazio deixado por várias agressões, calculadas e cínicas, sobre o universalismo, por um lado, e os direitos, por outro. Se não existem direitos universais, então que categoria diferencial pode oferecer alguma proteção para os vulneráveis? Na minha opinião, os defensores da inocência estão a tentar construir tal abrigo, mas a sua linha de demarcação – tal como aquela que demarca “legalmente” as pessoas assassinadas por drones ou extraditadas por parte dos Estados Unidos no estrangeiro – pode e move-se, expurgando a própria inocência anteriormente alcançada através da expurgação. Por outras palavras, a dialética exige que reconheçamos que a negação da negação é sempre abundantemente possível e não tem uma direção fixa ou fim assegurado. Ela pode mudar de direção e, conseqüentemente, pode não reviver a história antiga, mas calibrar de novo os diferenciais do poder.

Considere-se o seguinte: um desenvolvimento contemporâneo na patrulha da inocência relativa, destacado pela decisão do Supremo Tribunal, mas não nascido dela, é no sentido de uma propagação fenomenal tanto do policiamento de saturação (abordagem policial; janelas quebradas; e vários tipos do chamado “policiamento comunitário”) como da sua nova formação (que ecoa algumas práticas do *Second Klan*): humanitarismo carcerário ou policial. Um dos resultados da incansável estruturação das capacidades estatais-institucionais do capitalismo racial contemporâneo, e os discursos e práticas que combinam para as animar, é o “estado anti-estatal” – a capacidade governamental dominada por partidos da ordem e políticas

públicas que alcançam o poder sob a plataforma de que os Estados são ruins e devem encolher. O encarceramento em massa pode parecer inconsistente com o chamado estado anti-estatal. Penso que, pelo contrário, o encarceramento em massa é a sua base. Por outras palavras, a tendência dominante que vai par a par com o encarceramento em massa é a descentralização – a responsabilidade de encolher a prestação de assistência social é continuamente relegada a instituições públicas locais e privadas. Ao mesmo tempo, a crescente centralização (um executivo forte) desmente uma das ilusões contemporâneas da democracia – a noção de que o mais local é de alguma forma mais participativo.

O humanitarismo carcerário/policial é um programa doméstico de contrainsurgência que se espalha rapidamente pelos Estados Unidos e no exterior. Tal como o encarceramento em massa, este humanitarismo é uma característica daquilo que há algum tempo venho chamando de forma estatal anti-estado, que distribui (para trazer Du Bois) os salários da inocência relativa para conseguir uma nova ronda de construção do estado anti-estatal. Não é uma novidade, mas agora é algo totalmente visível na paisagem geral da exclusão e definição, captura e recompensa. Isto também faz parte da descentralização e do engrandecimento das organizações policiais junto aos parceiros sem fins lucrativos e paraestatais a fim de identificar e atender as vítimas (relativamente) inocentes de excesso de policiamento e prisão – por vezes pessoas anteriormente encarceradas, por vezes as suas famílias, por vezes os seus bairros. O humanitarismo policial chega às pessoas vulneráveis com bens e serviços que, de fato, todos precisam – especialmente todos aqueles que são pobres. Mas essa porta só se abre através da colaboração com as próprias práticas que sustentam as geografias do cárcere, que minam e destroem, em primeiro lugar, tantas vidas de geração em geração.

Já vimos que a inocência não é estável, e é um mistério porque é que alguma vez pareceu fiável. E embora nada nesta vida seja estável, sentar-se para fazer causa comum com os autores intelectuais e agentes

Geografia da abolição e o problema da inocência

sociais que desencadearam e geriram o flagelo do abandono organizado – iluminando, para a presente discussão, a violência organizada da qual ele depende –, coloca em termos muito claros o perigo da defesa da inocência.

Vamos, por um momento, pensar sobre este problema de outra forma. Enquanto todos aqueles que se beneficiaram do sistema de escravidão em ambos os lados do Atlântico, e de todas as formas de escravidão que a precederam e se cruzaram com ela e desde então, são responsáveis por injustiças viciosas contra os indivíduos e a humanidade, provar a inocência daqueles que foram ou são escravizados para qualquer fim não desempenha qualquer papel na reparação da escravatura. No controverso, mas indispensável *Slavery and Social Death* [Escravidão e Morte Social], Orlando Patterson observa que o poder para matar é uma pré-condição para o poder de “domínio violento, alienação natal, e desonra geral”. O poder de colocar seres humanos em jaulas também deriva do poder de matar – não só por meio da punição ritualizada da pena de morte, mas também através das penas perpétuas, assim como o ritual de assassinatos em série pela polícia que transformaram o lamento #BlackLivesMatter num movimento. Patterson nos oferece a elegante reviravolta que nos ajuda, infelizmente, a refletir em torno do *continuum* matar para manter: “Um caiu porque era o inimigo, o outro se tornou o inimigo porque caiu.”⁴ O sacrifício humano, e não a inocência, é o problema central que organiza as geografias do cárcere do complexo industrial-prisional. Na verdade, para a abolição, insistir na inocência é render-se politicamente, uma vez que a “inocência” escapa ao problema que a abolição é levada a confrontar: como diminuir e remediar o dano em vez de procurar melhores formas de punição. Para explicitar melhor aquilo que estou a discutir, recorro às palavras da grande assaltante e espiã Harriet Tubman. Ela contou a seguinte história:

⁴ PATTERSON, Orlando. **Slavery and Social Death: A Comparative Study**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982, p. 44.

Conheci um homem que foi enviado para a *State Prison* por vinte e cinco anos. Durante todos esses anos ele pensou em sua casa, contando o tempo até ser libertado. Os anos passaram e o tempo de prisão terminou, o homem estava livre. Ele deixou os portões da prisão, percorreu o caminho para a sua velha casa, mas a velha casa não estava lá. A casa em que ele habitou durante a infância fora destruída, e uma nova tinha sido colocada no lugar; a sua família havia morrido, o seu nome esquecido, não havia ninguém que o levasse pela mão para o acolher de volta à vida.

Também foi assim comigo. Eu tinha ultrapassado a linha com que há tanto tempo sonhava. Eu estava livre, mas não havia ninguém para me acolher na terra da liberdade, eu era uma estranha numa terra estranha e a minha casa, afinal, estava na velha cabana com os velhos camaradas e os meus irmãos e irmãs. Mas a esta solene resolução eu cheguei; eu era livre, e eles também deviam ser livres; eu faria um lar para eles.⁵

Infraestrutura de sentimento

W. E. B. Du Bois entrevistou Harriet Tubman no final de sua vida. Por um tempo, em meados do século XX, uma pequena, mas bastante estridente competição acadêmica se desenvolveu de modo a “provar” quantas (isto é, o quão poucas) pessoas Tubman ajudou a “passar” pela *Underground Railroad* [Estrada Subterrânea]. Por outro lado, o historiador e sociólogo Du Bois, formado em Harvard e Humboldt, um cara dos números, se é que já existiu algum, disse centenas. E depois milhares! Por quê? Ele acabou se desleixando? Ou começou a ver como as geografias da abolição são construídas, no território, em todo lado ao longo da estrada – a estrada-tempo assim como a estrada-espço. Na verdade, terá ele sido capaz de reconstruir em *Black Reconstruction in America* [Reconstrução Negra na América] a

⁵ “Harriet Tubman Narrative, 1849 (Based on an interview with Sarah Bradford after the war),” in WRIGHT, Michelle D. (ed.). **Broken Utterances: A Selected Anthology of 19th Century Black Women’s Social Thought.** Baltimore: Three Sistahs Press, 2007, p. 89–90.

Geografia da abolição e o problema da inocência

sua pesquisa inicial sobre o *Freedmen's Bureau*⁶ por conta das reflexões – verdadeiramente visionárias – que recebeu ao falar com a velha Tubman? É aqui que considero que o conceito “infraestrutura de sentimento” nos pode ajudar a pensar sobre o modo como refletimos sobre o desenvolvimento e a perpetuação das geografias da abolição e como tais geografias tendem, ainda que nem sempre de forma plena, à negação da negação das geografias do cárcere sobrepostas e interligadas, das quais o complexo industrial-prisional é um exemplo – embora absolutamente não-exaustivo, como os exemplos das geografias da abolição mostram.

Há mais de cinquenta anos, Raymond Williams argumentou que cada era tem sua própria “estrutura de sentimento”, uma estrutura narrativa para compreender os limites materiais dinâmicos perante a possibilidade da mudança. Paul Gilroy e muitos outros pensadores entraram em debate com o pensamento de Williams e demonstraram que eras e lugares possuem necessariamente múltiplas estruturas de sentimento, que são dialéticas e não meramente contemporâneas. Williams explicou como podemos compreender a tradição como um acúmulo de estruturas de sentimento – que se unem não pelo acaso, nem por um processo natural semelhante a uma deriva ou maré, mas por aquilo que ele chama de “seleção e re-seleção de ancestrais.”⁷ Com isso, Williams nega a rigidez da cultura ou da biologia, descobrindo perpetuamente como até mesmo os aspectos menos coerentes da consciência humana – os sentimentos – têm forma dinamicamente substantiva.

A Tradição Radical Negra é uma acumulação em constante evolução de estruturas de sentimento cujos arcos narrativos individuais e coletivos tendem persistentemente à liberdade. É uma forma de ação consciente que se renova constantemente ao longo do tempo, mas

⁶ NT: O *Freedmen's Bureau* [Agência dos Homens Libertos] foi uma agência do início da Reconstrução com o objetivo de prestar assistência aos homens libertos do Sul. Foi estabelecida em 3 de março de 1865 e operou até 1872.

⁷ WILLIAMS, Raymond. **The Long Revolution**. London: Penguin, 1965, p. 69

mantém a sua força, velocidade, agilidade, flexibilidade e equilíbrio. As grandes explosões e distorções da modernidade colocaram em movimento – e em constante interação – compreensões novas e já existentes sobre diferença, posse, dependência, abundância. Como resultado, a seleção e re-seleção de ancestrais é, em si, parte do processo radical de encontrar em qualquer lugar – se não em todos os lugares –, na prática política e no hábito analítico, expressões vividas (incluindo opacidades) de abertura participativa ilimitada.

O que está na base de tal acumulação? Qual é a capacidade produtiva da re-seleção visionária ou motivada pela crise ou mesmo pela exaustão? O melhor que posso oferecer até algo melhor surgir é o que tenho há muito tempo chamado de “infraestrutura de sentimento”. No mundo material, a infraestrutura está na base da produtividade – acelera alguns processos e desacelera outros, estabelecendo agendas, produzindo o isolamento, permitindo a cooperação. A infraestrutura de sentimento também é material, no sentido de que a ideologia se torna material, bem como as ações que os sentimentos possibilitam ou restringem. Assim, a infraestrutura de sentimento é, portanto, a base da consciência, robusta, mas não estática, subjacente à nossa capacidade de reconhecer visceralmente (não menos que prudentemente) a possibilidade imanente à medida que selecionamos e re-selecionamos linhagens libertadoras – durante sua vida, Du Bois e Tubman são exemplos entre e através de gerações. O que importa – o que se materializa – são as rearticulações vívidas e os sincretismos surpreendentes. Se as estruturas de sentimento para a Tradição Radical Negra são, geração após geração, moldadas por uma tão almejada consciência sobre a libertação e o mover-se em sua direção, então a tradição é, sem exatidão, movimento para longe da compartimentação e exclusão – de fato, seu inverso.

Libertação, Contra conclusão

Eis a geografia da abolição – como e com que objetivo as pessoas constroem a liberdade provisoriamente, imperativamente,

Geografia da abolição e o problema da inocência

enquanto imaginam um lar em oposição à trituração desintegradora da partição e repartição através da qual o capitalismo racial perpetua os meios de sua própria valorização. A geografia da abolição e os métodos que lhe são adequados (para fazer, encontrar e compreender) concretizam os processos espaciais – isto é, os processos humano-ambientais – da democracia da abolição de Du Bois e Angela Davis. A geografia da abolição é ampla (não é só feita por, para, ou sobre pessoas negras) e específica (é um guia para a ação para compreender e repensar o modo como combinamos nosso trabalho uns com os outros e com a Terra). A geografia da abolição considera que o sentimento e a agência são constitutivos da estrutura, não menos do que constrangidos por ela. Por outras palavras, é uma forma de estudar, e de construir o trabalho de organização política, de estar no mundo, e de trazer o mundo para nós.

Dito de outra forma, a geografia da abolição exige desafiar a presunção normativa de que o território e a libertação são ao mesmo tempo alienáveis e exclusivos – que deveriam ser repartidos por vendas, documentos ou paredes. Em vez disso, aproveitando as capacidades particulares que temos, e nos repetindo – tentando, como C. L. R. James escreveu sobre o período que antecedeu as revoluções, tentando cada pequena coisa, indo e voltando – vamos, porque já o fizemos, mudar a nós mesmos e ao mundo externo. Mesmo sob extremas restrições.

Uma última história: na década de 1970, o Departamento de Correções da Califórnia decidiu reorganizar o mundo sócioespacial das pessoas presas em resposta às mobilizações tanto reformistas e radicais. Evidências mostram que o Departamento de Correções experimentou uma variedade de esquemas disruptivos para eliminar a solidariedade que tinha surgido entre a diversa (apesar de majoritariamente branca) população prisional em prisões para homens. A cooperação, forjada em grupos de estudo e outras atividades de conscientização, tinha resultado em vitórias significativas com relação às condições de confinamento e também resultado em retaliação mortal contra os guardas que matavam presos com impunidade. Apesar de há vinte anos Washington ter

proibido, entre outras coisas, a segregação, a falta de aconselhamento sobre os direitos, a falta do devido processo legal e a punição extrajudicial, o Departamento de Correções decidiu segregar os presos em grupos raciais, étnicos e regionais rotulados como gangues, a fim de deter alguns deles em confinamento solitário indefinido e para limitar o fim da punição a três ações: delatar, liberdade condicional ou morrer. Para reificar o sistema como um ambiente construído, o Departamento de Correções criou duas prisões para homens e uma para mulheres com Unidades Habitacionais de Segurança de alta tecnologia (*SHU* – uma prisão dentro de uma prisão). A história das Unidades Habitacionais de Segurança ainda está por ser contada; é indiscutível que induzem a doenças mentais e físicas, que podem levar ao suicídio ou outras formas de morte prematura evitável. Efetivamente, as Nações Unidas definem o confinamento solitário por mais de quatorze dias como tortura.

As pessoas encarceradas na Prisão Estadual SHU de Pelican Bay, algumas desde o dia em que foi inaugurada, a 10 de dezembro de 1989, podem ou não podem ter feito aquilo pelo que foram condenadas em tribunal; a sua inocência não importa. Por muitos anos, advogados e outros trabalharam com pessoas nas Unidades Habitacionais de Segurança tentando descobrir uma saída, não escolhendo quem ajudar, mas entrevistando qualquer pessoa disposta a falar sobre as condições de confinamento, lutando para elaborar um plano geral. Ativistas criaram manuais e websites, fizeram lobby, testemunharam a juízes de direito, iniciaram ações judiciais, fizeram *workshops*, organizaram-se com familiares e procuraram expor o flagelo das Unidades Habitacionais de Segurança. (Em 1998, numa audiência sobre o encobrimento do caso de sete presos das SHU que foram assassinados por guardas, o produtor do programa *60 Minutes*, de Mike Wallace perguntou: “Digam-me, por que deveríamos nos importar com esses caras.” “Você se preocupa com a justiça?” “Claro. Mas o público precisa se importar com as pessoas. Por que o público deveria se importar?”)

O Departamento se absolve pela infração de leis e violação de decretos judiciais insistindo que as gangues que eles fomentaram

Geografia da abolição e o problema da inocência

administram as prisões e as ruas. Depois de quase quarenta anos de pessoas circulando pelo Departamento Correcional expandido, é impossível que não haja qualquer estiramento ou ressonância nas paredes da prisão. A SHU mistura pessoas de geografias sociais do mundo livre atribuídas (o que o Departamento diz) e assertivas (o que os próprios presos dizem), a fim de minimizar a possibilidade de solidariedade entre pessoas que, segundo a lógica circular, são inimigas, caso contrário não estariam nas SHU. Não se podem ver ou tocar, mas através do barulho dos aparelhos de televisão e do barulho das máquinas das prisões, eles conseguem conversar, debater, discutir. E embora a raça não seja o único fator organizador nas SHU, raça é o termo sumário que pessoas comuns, dentro e fora, usam para nomear as divisões. Por muitos anos, alguns dos residentes mais ativos das SHU debateram racismo *versus* racialismo, primeiro abraçando e depois questionando uma série de supremacias, enquanto por anos continuaram aceitando a estrutura de sentimento que mantém a raça como naturalmente dotada ou culturalmente preferível.

As pessoas constroem geografias da abolição a partir do que têm; transformar consciências pode alterar radicalmente a compreensão do que pode ser feito com os materiais disponíveis. É claro que as SHU, em oposição calculada às prisões Soledad, San Quentin ou Attica dos anos 1970, reduzem os recursos sociais ao ponto de ruptura. Mas o que se quebra? Em muitos casos, as pessoas presas. Mas a consciência pode irromper numa dimensão diferente, desfazendo os entendimentos de senso comum do ser e solidariedade, da identidade e da mudança. A negação da violência mediante violência é possível, o que nos leva de volta ao território-do-eu invocado nas páginas que abriam esta discussão. Mesmo numa instituição total, a soberania é contraditória, como demonstra a resistência à tortura. O regime – os seus autores intelectuais e agentes sociais, os seus prédios e regras – tortura os cativos um a um. Eles podem se voltar contra o regime transformando o objeto da tortura no sujeito da história por meio de greves de fome. Indivíduos participantes voltam a violência da tortura contra si mesma,

não de modo a torná-la não-violenta, mas redirecionando intencionalmente a vulnerabilidade à morte prematura como uma totalidade a ser considerada, mantida pela pele.

A primeira greve, cujos organizadores representavam todas as supostas gangues prisionais, enviaram suas demandas para o Departamento de Correções, pedindo melhorias modestas para todas as vidas e destinos dos habitantes das Unidades Habitacionais de Segurança: melhor alimentação, melhores condições de visitas e alguma forma de poder para contestar as penas das SHU com base em evidências em vez do engrandecimento do sistema. Pessoas em muitas prisões não-SHU se juntaram à greve em solidariedade e uma morreu. O Departamento se ofereceu para negociar e a greve terminou. Nada mudou.

Irrompeu uma segunda greve, mantida tanto pelos sempre presentes boatos na prisão quanto pela infraestrutura de apoio que o coletivo organizador recebia do mundo exterior. No contexto da decisão da Suprema Corte em relação à negligência médica e às revoltas em várias partes do planeta – África do Norte, Sudoeste Asiático, África do Sul, as ruas dos Estados Unidos – as demandas tomaram uma nova direção, contra as divisões que, especialmente na era contemporânea, normalizaram imaginações descentralizadas e diminuíram as afinidades quando era absolutamente necessário expandi-las. O coletivo enviou suas exigências, horizontalmente, para suas comunidades constituintes de dentro e do exterior, pedindo o fim das hostilidades entre as raças. Apesar de algumas pessoas interpretarem os apelos como “solidariedade entre pretos e pardos (*Black-brown solidarity*)” – porque raça parece significar pessoas não-brancas –, os documentos do coletivo eram radicais e abrangentes. O apelo tem uma história tão antiga quanto a modernidade, por mais anacrônicos que rótulos contemporâneos possam ser.

O racial no capitalismo racial não é epifenomenal, nem se originou em cor ou conflito intercontinental, mas sempre na diferenciação de grupos à morte prematura. O capitalismo requer

Geografia da abolição e o problema da inocência

desigualdade e o racismo a garante. O coletivo da Prisão Estadual de Pelican Bay, escondidos uns dos outros, vivenciando ao mesmo tempo a tortura, o isolamento e a extração do tempo, reconfigurou o seu mundo ainda que provisoriamente numa geografia da abolição ao encontrar uma infraestrutura de sentimento sobre a qual podia trabalhar a sua experiência e compreensão das possibilidades por meio da consciência renovada. A ficção da raça projeta uma ação particular do corpo humano e as pessoas ocupam as ruas em oposição aos seus efeitos reais e mortais. E, no final, à medida que as relações do capitalismo racial recaem sobre a pele das pessoas, a contradição da pele se torna mais visível. A pele, o nosso maior órgão, vulnerável a todas as toxinas ambientais, é tudo que, no final, temos para nos manter unidos, não importa o quanto ela pareça nos manter separados.